



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ DE 2025.**  
**(DA SRA. CAROLINE DE TONI)**

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial) para dispor sobre o crime de injúria.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2º** .....

Pena: reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**Art. 2º** Revogam-se os seguintes dispositivos da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989:

I - Art. 20-A

II - Art. 20-C

**Art. 3º** Ficam anistiadas os indivíduos já condenados, ou que estejam respondendo a processo penal, com base nas condutas tipificadas nos dispositivos alterados ou revogados por esta Lei, extinguindo-se a punibilidade dos respectivos crimes.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





## JUSTIFICAÇÃO

Em 2023 o Governo Lula sancionou a Lei nº 14.532/2023, que elevou as penas para o crime de injúria quando cometidos em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, além de incluir agravante para a dosimetria da pena quando o ato for cometido em contexto de diversão ou recreação.

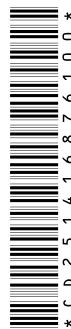
Tais mudanças, embora originalmente voltados à repressão de atos de discriminação e preconceito, passaram a representar um risco concreto à liberdade de expressão artística, especialmente no campo do humor e da sátira.

A revogação dos artigos 20-A e 20-C da referida lei busca reafirmar o compromisso do ordenamento jurídico com a Constituição Federal, particularmente com o art. 5º, incisos IV, VI e IX, que asseguram a livre manifestação do pensamento, a liberdade de consciência e a liberdade de expressão, independentemente de censura ou licença.

Recentemente, a condenação do comediante Léo Lins, por conta de piadas feitas em contexto explícito de apresentação humorística, reacendeu o debate público sobre os limites entre discurso de ódio e liberdade criativa. A utilização da Lei nº 7.716 para punir manifestações humorísticas representa uma perigosa ampliação de sua finalidade original, podendo transformar o Estado em agente censor da arte e do pensamento crítico.

O humor, por natureza, explora o absurdo, o exagero e o desconforto, e muitas vezes transita por temas sensíveis como forma de provocar reflexão social. Criminalizá-lo sob a alegação de discurso discriminatório é equiparar ficção a ato de violência real, o que representa um grave desvio hermenêutico.

A redação atual do art. 20-A, ao punir a "discriminação ou preconceito contra pessoal, para fins de descontração, diversão ou recreação embora em bem-intencionada, falha ao não distinguir a violência real da manifestação simbólica ou satírica. O art. 20-C, por sua vez, dá ao juiz a autonomia para considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha,





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC**

medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência, o que consideramos inadequado.

É preciso destacar que o combate à discriminação e ao preconceito é objetivo legítimo e necessário, mas deve se dar por meio de instrumentos proporcionais, que não sufoquem liberdades fundamentais. Nosso ordenamento jurídico já possui instrumentos aptos à combater atos de discriminação e que permitem, ao ofendido, buscar reparação caso assim tenha se sentido em decorrência do ato de terceiro.

Contudo, a criminalização de manifestações artísticas, sobretudo quando dissociadas de qualquer incitação real à violência, constitui uma afronta ao Estado Democrático de Direito, sobretudo com imposição de penas severas e restritivas da liberdade, o que só se vislumbra em Estados autoritários - o que, ainda, esperamos não ser o caso do Brasil

Sala da Comissão, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**DEPUTADA CAROLINE DE TONI**  
**PL/SC**

